

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO ÀS AÇÕES DE INICIATIVA DO CONTRIBUINTE	13
1.1.	A Petição Inicial nas Ações Tributárias.....	15
1.2.	Linguagem Técnica e Expressões Esperadas	16
1.3.	A Petição Inicial como Ferramenta de Suspensão da Exigibilidade	16
1.4.	Valor da Causa e Provas	17
2	ANÁLISE GERAL DAS PETIÇÕES INICIAIS	19
2.1.	Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária	19
2.2.	Mandado de Segurança (Preventivo ou Repressivo).....	19
2.3.	Ação Anulatória de Débito Fiscal	20
2.4.	Embargos à Execução Fiscal.....	20
2.5.	Ação de Repetição de Indébito	21
2.6.	Ação de Consignação em Pagamento	21
3	TÉCNICA PARA IDENTIFICAÇÃO DA PETIÇÃO CABÍVEL	23
3.1.	A Identificação da Peça Processual e a Linha do Tempo do Tributo	23
3.2.	Linha do Tempo do Crédito Tributário e Peças Cabíveis.....	24
3.3.	Considerações Técnicas.....	24
4	MANDADO DE SEGURANÇA	25
4.1.	Descrição do Instrumento: Mandado de Segurança em Matéria Tributária.....	25
4.2.	Fundamentação Constitucional e Legal	26
4.3.	Modalidades do Mandado de Segurança: Preventivo e Repressivo	28
4.4.	Legitimidade Ativa e Passiva no Mandado de Segurança Tributário.....	30
4.5.	Competência Jurisdicional no Mandado de Segurança Tributário.....	31
4.6.	Prazo para Impetração do Mandado de Segurança.....	33
4.7.	Estrutura da Petição Inicial no Mandado de Segurança Tributário	34
4.8.	Medida Liminar e Tutela Provisória no Mandado de Segurança Tributário.....	36
4.9.	Comparativo entre Mandado de Segurança, Ação Declaratória e Ação Anulatória em Matéria Tributária.....	38
4.10.	Possíveis Teses do Mandado de Segurança	40
4.11.	Estrutura do Mandado de Segurança.....	55

5 AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA **61**

5.1. Descrição do Instrumento	61
5.2. Onde Propor a Ação	62
5.3. Termos e Expressões Utilizados na Peça	62
5.4. Fundamentação	63
5.5. Possibilidade de Antecipar os Efeitos da Tutela.....	63
5.6. Possibilidade de Acompanhar Depósito em Dinheiro	64
5.7. Hipóteses de Cabimento	65
5.8. Efeitos	65
5.9. Prazo	66
5.10. Valor da Causa.....	66
5.11. Ação Declaratória versus Mandado de Segurança.....	67
5.12. Síntese da Estrutura	67
5.13. Estrutura da Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária.....	68

6 AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL **71**

6.1. Introdução e Aspectos Gerais	71
6.2. Fundamento Legal e Natureza Jurídica	72
6.3. Cabimento, Tempestividade e Legitimidade	73
6.4. Renúncia à Via Administrativa	74
6.5. Cumulação da Ação Anulatória de Débito Fiscal com a Repetição de Indébito.....	75
6.6. Tutela Provisória e Efeitos da Ação	76
6.7. Possíveis teses na Ação Anulatória de Débito Fiscal	78
6.8. Estrutura da Ação Anulatória de Débito Fiscal	81

7 AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO **85**

7.1. Aspectos Gerais.....	85
7.2. Cabimento, Tempestividade e Legitimidade Ativa	86
7.3. Tutela de Urgência e sua Impossibilidade	92
7.4. Juros e Correção Monetária na Repetição de Indébito	93
7.5. Possíveis Teses da Ação de Repetição de Indébito Tributário	94
7.6. Estrutura da Ação de Repetição de Indébito	108

8 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO TRIBUTÁRIA **111**

8.1. Conceito e Finalidade	111
8.2. Fundamentação Legal.....	112
8.3. Natureza Jurídica e Competência	112
8.4. Hipóteses de Cabimento (art. 164 do CTN)	113
8.5. Efeitos Jurídicos do Depósito Judicial.....	113
8.6. Legitimidade Ativa e Passiva	114

8.7. Procedimento da Ação de Consignação em Pagamento (arts. 539 a 549 do CPC).....	114
8.8. Petição Inicial.....	114
8.9. Recebimento e Citação.....	115
8.10. Contestação e Sentença.....	115
8.11. Recurso e Trânsito em Julgado.....	116
8.12. Requisitos Processuais Essenciais (CPC e CTN).....	116
8.13. Possíveis Teses na Ação de Consignação em Pagamento.....	117
8.14. Estrutura da Ação de Consignação em Pagamento.....	122

9 AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL 125

9.1. Conceito, Finalidade e Fundamento Legal dos Embargos à Execução.....	125
9.2. Endereçamento.....	126
9.3. Cabimento.....	127
9.4. Efeito Suspensivo e Tutela Provisória nos Embargos à Execução Fiscal.....	129
9.5. Matérias Alegáveis nos Embargos.....	132
9.6. Teses típicas dos Embargos à Execução Fiscal.....	132
9.7. Estrutura dos Embargos à Execução Fiscal.....	137

10 EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE TRIBUTÁRIA 141

10.1. Conceito, Finalidade e Fundamento Legal.....	141
10.2. Natureza Jurídica.....	143
10.3. Endereçamento e Cabimento na Execução Fiscal.....	143
10.4. Impossibilidade de Tutela ou Liminar na Exceção de Pré-Executividade.....	146
10.5. Pedidos.....	148
10.6. Principais Matérias Suscitáveis de Exceção.....	149
10.7. Estrutura da Exceção de Pré-Executividade.....	160

11 AÇÃO DE INICIATIVA DO FISCO 165

11.1. Medida Cautelar Fiscal.....	165
11.2. Execução Fiscal.....	169
11.3. Estrutura da Peça seguindo o Padrão FGV.....	177

12 RECURSOS 191

12.1. Aspectos Práticos Gerais.....	191
12.1.1. Como identificar que a Peça é um Recurso na Prática Tributária.....	191
12.1.2. Pronunciamentos Judiciais.....	192
12.1.3. Atos x Recursos.....	194
12.1.4. Situações Peculiares.....	195
12.1.5. Questões Práticas Comuns a Todos os Recursos.....	196
12.1.6. Recurso Adesivo – art. 997 do CPC.....	198
12.1.7. Efeito Suspensivo nos Recursos.....	199

12.1.8. Recursos nos Juizados.....	201
12.1.9. Recursos em Mandado de Segurança.....	202
12.1.10. Recursos em Exceção de Pré-Executividade	203
12.2. Apelação	204
12.2.1. Aspectos Gerais	204
12.2.2. Esqueleto da Apelação.....	208
12.2.3. Modelo de Apelação.....	209
12.2.4. Efeito Suspensivo em Apelação.....	214
12.2.5. Modelo de Pedido de Efeito Suspensivo em Apelação.....	214
12.3. Embargos de declaração	216
12.3.1. Aspectos gerais	216
12.3.2. Modelo de Embargos de Declaração.....	218
12.4. Agravos	219
12.4.1. Aspectos Gerais	219
12.4.2. Agravo de Instrumento.....	220
12.4.2.1. Cabimento	220
12.4.2.2. Efeito Suspensivo ou Tutela Antecipada Recursal?	222
12.4.2.3. Modelo de Agravo de Instrumento.....	223
12.4.3. Agravo Interno	226
12.4.3.1. Modelo de Agravo Interno	228
12.4.4. Agravo em Recurso Especial e Extraordinário	230
12.4.4.1. Modelo de Agravo em Recurso Especial e Extraordinário.....	231
12.5. Recursos no STJ e no STF	233
12.5.1. Aspectos Gerais	233
12.5.2. Recurso Ordinário Constitucional	233
12.5.2.1. Aspectos Gerais.....	233
12.5.2.2. Modelo de Recurso Ordinário Constitucional	235
12.5.3. Recurso Extraordinário	237
12.5.3.1. Aspectos Gerais.....	237
12.5.3.2. Modelo de Recurso Extraordinário	239
12.5.4. Recurso Especial	242
12.5.4.1. Aspectos Gerais.....	242
12.5.4.2. Modelo de Recurso Especial.....	243
12.5.5. Embargos de Divergência.....	246
12.5.5.1. Aspectos Gerais.....	246
12.5.5.2. Modelo de Embargos de Divergência.....	247